

“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: o projeto autoritário e antidemocrático do governo federal do Brasil (2019-2022)

Antônio Roberto Xavier¹
Eduardo Ferreira Chagas²

Resumo: Esta pesquisa objetiva historicizar as práticas antidemocráticas instaladas e intensificadas por ocasião do último governo federal do Brasil, do slogan “Pátria Amada, Brasil”, com o lema: “Deus, pátria e família (2019-2022)”. Para a construção desta escrita, adotou-se, metodologicamente, uma abordagem qualitativa de natureza básica do tipo descritivo-exploratória com método bibliográfico. Em relação às técnicas de coleta de dados e informações, aplicou-se a revisão de literatura e, quanto às técnicas de análise, empregou-se a análise de conteúdo e do discurso sócio-histórico contextualizado. Os resultados evidenciam que, apesar de o Brasil ter reconquistado o regime democrático e o Estado democrático de direito previstos na Constituição de 1988, vez por outra, surgem ameaças autoritárias querendo miná-los ou até mesmo destruí-los, como foi o caso da tentativa de golpe de Estado ocorrida no último dia 8 de janeiro de 2023. Por conclusão, postula-se que se faz necessária a educação política no currículo visando à consolidação da democracia brasileira.

Palavras-chave: Democracia; Ditadura Militar; Extrema Direita; Educação Política; Educação Democrática.

"GOD, COUNTRY, AND FAMILY": The authoritarian and antidemocratic project of the Brazilian federal government (2019-2022)

Abstract: This research aims to historicize the antidemocratic practices established and intensified during the last Brazilian federal government, under the slogan “Beloved homeland, Brazil”, with the motto: “God, country, and family (2019-2022)”. This paper adopted a qualitative, descriptive-exploratory approach with a bibliographic method. Data and information collection techniques included a literature review, and content analysis and contextualized sociohistorical discourse analysis were used for analysis. The results show that although Brazil has regained the democratic regime and the rule of law enshrined in the 1988 Constitution, authoritarian threats occasionally emerge seeking to undermine or even destroy them, as was the

¹ Doutor e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor associado I da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6041487079855448>. E-mail: roberto@unilab.edu.br.

² Bolsista de produtividade em pesquisa 2. Doutor e pós-doutor em Filosofia pela Universität Kassel e Münster, Alemanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1957-6117>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2479899457642563>. E-mail: ef.chagas@uol.com.br

case with the attempted coup d'état on January 8, 2023. In conclusion, it is postulated that political education is necessary in the curriculum to consolidate Brazilian democracy.

Keywords: Democracy; Military Dictatorship; Far Right; Political Education; Democratic Education.

“DIOS, PATRIA Y FAMILIA”: el proyecto autoritario y antidemocrático del Gobierno federal de Brasil (2019-2022)

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo contextualizar históricamente las prácticas antidemocráticas instauradas e intensificadas durante el último gobierno federal de Brasil, bajo el lema «Pátria Amada, Brasil» (Amada Patria, Brasil), con el lema: «Dios, patria y familia (2019-2022)». Para la elaboración de este trabajo, se adoptó, metodológicamente, un enfoque cualitativo de naturaleza básica, de tipo descriptivo-exploratorio, con método bibliográfico. En cuanto a las técnicas de recopilación de datos e información, se aplicó la revisión de la literatura y, en cuanto a las técnicas de análisis, se empleó el análisis de contenido y del discurso sociohistórico contextualizado. Los resultados evidencian que, a pesar de que Brasil ha recuperado el régimen democrático y el Estado democrático de derecho previstos en la Constitución de 1988, de vez en cuando surgen amenazas autoritarias que pretenden socavarlos o incluso destruirlos, como fue el caso del intento de golpe de Estado ocurrido el pasado 8 de enero de 2023. En conclusión, se postula que es necesaria la educación política en el plan de estudios con el fin de consolidar la democracia brasileña.

Palabras clave: Democracia; Dictadura militar; Extrema derecha; Educación política; Educación democrática.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por foco responder, de forma geral, a seguinte indagação: até que ponto a gestão do governo federal do Brasil (2019-2022) representou uma ameaça à nossa democracia e um retrocesso nas políticas públicas? Na pretensão de responder a esta indagação, escolhemos como objetivo principal o de historicizar as práticas antidemocráticas e ditatoriais no Brasil a partir sobretudo dos discursos e da prática política por ocasião do último governo federal do Brasil, com o *slogan* “Pátria amada, Brasil” e lema “Deus, pátria e família (2019-2022)”, da gestão político-administrativa de Jair Messias Bolsonaro, o 38º presidente do Brasil, com mandato previsto de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, tendo sido eleito pelo Partido Social Liberal

(PSL), e sua intentona golpista prometida antes de chegar ao poder central e tentada quando assumiu a presidência da república federativa do Brasil, o que culminou em 8 de janeiro de 2023 no maior ataque ao nosso regime democrático e ao Estado democrático de direito no Brasil desde a nossa redemocratização de 1985.

Desse modo, é racional também perguntarmos especificamente: que riscos e ataques a democracia brasileira sofreu durante a última gestão do governo federal, cujo presidente foi Jair Messias Bolsonaro, capitão inativo do Exército Brasileiro, eleito presidente do Brasil pelo voto popular democrático nas eleições de 2018, juntamente com o general inativo do Exército Brasileiro Hamilton Mourão? Esta indagação também servirá como fio condutor para a escrita desta pesquisa.

Justificadamente partimos do pressuposto de que a democracia é o regime político mais apropriado para a convivência humana e pelo qual os seres humanos podem ser livres, cultivarem o respeito mútuo e participarem das decisões políticas visando ao bem comum. Sabe-se que a segunda experiência de democracia no Brasil é muito jovem, haja vista que, constitucionalmente falando, a última democracia no Brasil tem cerca de quatro décadas, tendo reiniciado a partir de 1985, dado que a primeira experiência democrática no Brasil, a de 1946, foi violentamente interrompida com o golpe militar de 1964, que instalou uma ditadura cruel e desumana que vigorou até o ano de 1985, quando houve a abertura política.

Outros pressupostos justificadores desta pesquisa vão desde o interesse particular e profissional e a viabilidade temática até a relevância que o assunto tem no âmbito das pesquisas sociais no campo de atuação da ciência política. O interesse pessoal se dá devido ao fato de sermos pesquisadores da democracia e partirmos do pressuposto de que a democracia é o melhor e mais humano regime de governo, por isso precisamos defendê-la como bem maior coletivo conquistado a duras penas aqui no Brasil. No tocante à viabilidade temática, está ancorada na atualidade, haja vista ter sido e ainda continuar sendo matéria debatida nos principais centros políticos, econômicos e governamentais. Quanto

à relevância, asseguramos que esta é uma das matérias de suma importância tanto social como cientificamente.

METODOLOGIA

Metodologicamente este estudo compreende uma pesquisa teórica com base em fontes secundárias de livros, artigos científicos, legislação pertinente, documentos oficiais de governo e jornais. Aplicamos o método procedimental bibliográfico com abordagem qualitativa. Esse tipo de abordagem é caracterizado por dados e interpretações subjetivas presentes em ações práticas, discursos, experiências, emoções, percepções, interesses individuais e coletivos, dentre outros. Busca compreender os múltiplos sentidos e razões peculiares às subjetividades dos sujeitos das e nas relações com o social (Xavier *et al.*, 2021).

Considerando a ampla dimensão e complexidade do objeto de investigação, a abordagem qualitativa não se prende à compreensão tecnopositivista limitada por técnicas quantitativas frias e distantes da realidade dos fatos em relação aos sujeitos sociais envolvidos. Nessa abordagem, existe um compromisso em analisar tanto o processo gerador como os dados e informações do objeto de estudo (Bogdan; Biklen, 1994).

A parte exploratória desta pesquisa se dá em razão da história imediata, haja vista que o fenômeno se apresenta no contexto da vida brasileira ao mesmo tempo que se deu esta pesquisa, o que nos permitiu observar e perceber o fenômeno acontecer, possibilitando simultaneamente sermos protagonistas da história do tempo presente e sujeitos deste estudo. Neste caso, as pesquisas são sempre exploratórias quanto aos objetivos a serem alcançados (Patschiki, 2013).

Em relação à parte descritiva deste estudo, é caracterizada pelas próprias categorias de análise ou palavras-chave, pois, embora a forma em que o fenômeno esteja acontecendo seja nova, o que caracteriza a face exploratória deste estudo, as pesquisas em relação à democracia, educação

política, educação democrática, ditadura militar e extrema direita há tempos vêm sendo realizadas, o que caracteriza a parte descritiva desta investigação (Gil, 2028).

No tocante à coleta de informações, utilizamos como técnica a revisão e interpretação de literatura de fontes secundárias com a finalidade de trazer à tona esclarecimentos importantes sobre a temática supracitada. Nesse sentido, realizamos pesquisas em livros, artigos científicos atuais, em sítios eletrônicos, noticiários da imprensa, fontes legislativas, documentos oficiais estatais e de governo (Gil, 2008).

Interessa-nos o debate interpretativo para que possamos contribuir com a sociedade brasileira na vigilância, defesa e fortalecimento da democracia contra as ameaças golpistas de líderes populistas autoritários militares ou civis do espectro político da extrema direita ou da extrema esquerda. Com relação às técnicas de análise desta pesquisa, empregamos a averiguação de conteúdo e a análise do discurso sócio-histórico contextual à luz da crítica dialética literária de fontes secundárias (Chizzotti, 2011; Xavier *et al.*, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Jair Bolsonaro e a promessa de retornar o Brasil à ditadura militar

Sob esse último governo militarizado (2019-2022), a democracia brasileira, o Estado democrático de direito, as instituições e a Constituição Federal do país sofreram seus mais profundos ataques desde 1988, culminando com a tentativa de golpe de Estado por milhares de extremistas apoiadores do governo de Jair Bolsonaro. Esses extremistas, no dia 8 de janeiro de 2023, invadiram e destruíram, dolosa e criminosamente, os prédios dos três poderes da república: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, situados na Esplanada dos Ministérios, na capital do país, Brasília, o que se configurou em vários tipos penais.

O dolo dos agentes e os meios empregados na empreitada também demonstram a adequação típica às figuras do CP, artigos 359-L (abolição violenta do Estado democrático de direito) e 359-M (golpe de Estado). Originário da junção dos artigos 17 e 18 da extinta Lei de Segurança Nacional, diz o texto do artigo 359-L que é crime *‘Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais’* (Pena: reclusão, de 4 a 8 anos, além da pena correspondente à violência). Por se tratar de crime de atentado ou empreendimento, pouco importa se os objetivos golpistas foram alcançados, punindo-se igualmente a forma tentada e consumada (Capez, 2023, n. p.).

Vale ressaltar que essa tentativa de golpe de Estado, que resultou na invasão e destruição dos prédios dos três poderes da república em 8 de janeiro de 2023, pelos extremistas apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, foi o resultado urdido, tramado, incentivado, planejado e articulado antes mesmo de o ex-presidente assumir o cargo maior da república do Brasil.

Por ocasião de diplomação de curso militar retroativo a 1987, ao receber a comenda das mãos do então comandante do Exército, o general Villas Bôas, em 29 de novembro de 2018 - Bolsonaro, embora tivesse concluído o curso pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no ano de 1987 não fora diplomado por razões de indisciplina, dentre outras acusações - o ex-presidente Bolsonaro prometeu ao general Villas Bôas, diante de mais 11 generais, que retornaria o Brasil ao regime militar (Viana, 2023).

O senhor pode ter certeza, muita coisa que nós aprendemos na vida militar levaremos para o Planalto. Nós temos uma chance ímpar de mudar o destino do Brasil. E não será eu sozinho, será com mais pessoas, em grande parte militares das Forças Armadas que estão ao nosso lado. Juntos, prezado comandante, o senhor tem história, nós pretendemos também fazer a nossa história, a guinada do nosso país ao rumo daquilo que não devia ter saído, naquele período de 20 e poucos anos atrás (Viana, 2023, n. p.).

Vale a pena lembrar que essa promessa de “[...] guinada do nosso país ao rumo daquilo que não devia ter saído, naquele período de 20 e poucos anos atrás” (Viana, 2023, n. p.), em 29 de novembro de 2018, referindo-se ao regime ditatorial militar de 1964 a 1985, ratifica inúmeras outras declarações de Bolsonaro em defesa de seu projeto de retornar o Brasil à ditadura militar. À

guisa de exemplo, podemos nos lembrar da entrevista dele no dia 23 de maio de 1999 ao programa “Câmera Aberta”, na TV Bandeirantes, quando o então deputado federal Bolsonaro chegou a afirmar que, caso fosse eleito presidente da república, fecharia o Congresso e “[...] daria o Golpe no mesmo dia”; por fim, chamou o regime governamental no Brasil de “Maldita democracia!” (Barreto Júnior, 2022, p. 23-25).

Jair Messias Bolsonaro: da caserna ao poder político, em defesa da ditadura militar

Bolsonaro chegou à presidência da república com pautas extremistas fascistas/neonazifascistas radicais como nunca antes acontecera no Brasil, nem mesmo no período considerado o mais fascista até Bolsonaro, qual seja, o movimento de extrema direita fundado pelo deputado e jornalista Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de 1932 a 1937, considerado o maior movimento fascista e anticomunista fora da Europa entre as décadas de 1920 e 1940, período de ascensão do fascismo com Benito Mussolini (*Il duce*), na Itália (1922-1943), e do nazismo (1933-195), com Adolfo Hitler (*Führer*), na Alemanha (Dória, 2020).

Jair Messias Bolsonaro (ex-presidente da república do Brasil) nasceu em 21 de março de 1955 em Glicério, registrado em Campinas, interior do estado de São Paulo (SP). Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro, Jair Bolsonaro é descendente de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, Bolsonaro é casado com Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, com quem teve sua filha caçula, chamada Laura (que, segundo ele mesmo, foi fruto de uma **fraquejada** dele, haja vista ela ser mulher). Bolsonaro tem mais quatro filhos de outros relacionamentos, a quem ele nomeou sequencialmente do mais velho para o mais novo de 01, 02, 03 e 04, correspondendo, respectivamente, ao senador Flávio Nantes Bolsonaro (Partido Liberal - Rio de Janeiro), ao vereador Carlos Nantes Bolsonaro (Republicanos - Rio de Janeiro), ao deputado federal Eduardo

Nantes Bolsonaro (Partido Liberal - São Paulo) e ao vereador Jair Renan Valle Bolsonaro (Partido Liberal - Balneário Camboriú) (Carvalho, 2019).

Jair Messias Bolsonaro é o filho pródigo e mais proeminente da ditadura militar (1964-1985), tendo iniciado sua formação militar no contexto mais obscurantista e perverso do Regime Militar (1973-1974). Bolsonaro entrou para a vida militar por meio da Escola de Cadetes de Campinas (SP), lá chegando em 8 de março de 1973, a 15 dias de completar 18 anos de idade. Em 1974, foi aprovado na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende, Rio de Janeiro (RJ), passando a integrar a Turma Tiradentes, com a identificação de Cadete nº 531, tendo também ganhado o ferro (apelido) na caserna (quartel) de **Cavalão**, em razão de sua disposição física apresentada no decorrer do curso de formação na Aman. Tendo cumprido o curso básico de paraquedismo no Exército Brasileiro, em dezembro de 1977 foi promovido a aspirante a oficial de artilharia (Carvalho, 2019).

Nesse período, ocupava a presidência da república o terceiro ditador do regime, o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). É nesse contexto, também chamado de segundo período ou anos de terror e anos de chumbo (1969-1978), que há o recrudescimento da repressão e de violência criminal estatais contra as liberdades individuais e coletivas, intensificam-se as perseguições e repressões às liberdades de imprensa e aos movimentos sociais de esquerda e se dá início à guerra suja de atos terroristas e simulações contra os adversários ao regime, considerados subversivos, tendo à frente inclusive profissionais treinados nos Estados Unidos da América (EUA). É nesse período que se intensifica uma campanha massiva por prisões, torturas e mortes institucionalizadas nos porões da ditadura (Alves, 1966; Codato, 2004; Costa, 2003; Couto, 1999; Fernandes, 2009; Fico, 2001; Gorender, 1987; Guerra, 2012).

Já no posto de capitão do Exército Brasileiro, Bolsonaro, servindo no 8º Grupo de Artilharia de Campanha, inconformado com os soldos pagos a praças (de soldado a aspirante) e a oficiais de baixas patentes (de 2º tenente a capitão), decidiu cometer um ato de indisciplina militar ao publicar, de sua

autoria, o artigo “O salário está baixo”, na seção “Ponto de vista”, na edição 939 da revista *Veja*, da semana de 3 de setembro de 1986.

Em um dos trechos da matéria da revista, Bolsonaro diz: “Como capitão do Exército Brasileiro, da ativa, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos” (Veja, 1986, n. p.). Devido a essa publicação, Bolsonaro foi punido com 15 dias de prisão, a serem cumpridos em um quartel, conforme consta na síntese de seu prontuário nº 1424:

Em 02 Set 86, como Cap Art do 89 GAC/PQDT, RIO/RJ, foi punido com 15 (quinze) dias de prisão por ter elaborado e publicado, em uma revista semanal (VEJA - Semana 03 Set 86), sem conhecimento e autorização de seus superiores, artigo em que tece comentários sobre a política de remuneração do pessoal civil e militar da União [...] (Informação nº 394 S/102-A8-CIE, 1990, p. 3).

Esse posicionamento é considerado transgressão disciplinar pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e inadmissível pelos seus superiores hierárquicos, motivo por que Bolsonaro foi preso por transgressão grave, acusado de ter ferido a ética, gerando clima de inquietação no âmbito da organização militar e também por ter sido indiscreto na abordagem de assuntos de caráter oficial.

Alcançando o posto de capitão, Bolsonaro foi para a reserva remunerada do Exército Brasileiro, entrando para a política como vereador do Rio de Janeiro ainda em 1988, passando apenas dois anos no mandato, pois, já em 1991, seria eleito deputado federal, ficando como tal até 2019, quando assumiria o cargo máximo da política brasileira: presidente da república federativa do Brasil, eleito pelo voto popular democrático.

Para chegar ao posto mais alto da política brasileira, Bolsonaro se apresentou como político não tradicional, conservador nos costumes e liberal/neoliberal na economia. Prometia, caso chegasse à presidência da república, fazer uma nova política, sobretudo acabando com o toma lá, dá cá das trocas de favores, principalmente nos cargos ministeriais entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional.

Ao ser eleito como presidente da república em 2018, Bolsonaro compôs um verdadeiro clã, contando com amplo e irrestrito apoio dos filhos, esposa e ex-esposas, bem como de um público jovem das/nas redes sociais, interagindo e mostrando seu cotidiano e o cotidiano de suas pretensões políticas de forma sempre beligerante em relação aos seus adversários políticos, sobretudo os da esquerda ou da chamada por ele de a ala do mal, referindo-se sobretudo ao Partido dos Trabalhadores (PT). É cabível observar que:

A preparação dos Bolsonaro para disputar as eleições de 2018 começou muito antes do período autorizado pela Justiça Eleitoral. Contando com a vitória, o clã fazia planos. Numa tentativa de maquiar o passado, o então pré-candidato, ciente de seus pontos sensíveis, do que podia atingir a ele e à família, dava início a uma operação pente-fino [...]. Seus assessores tinham tarefas a serem cumpridas (Dal Piva, 2022, p. 18).

Outras bandeiras de campanha para as eleições presidenciais de 2018 foram abraçadas pelo então candidato Bolsonaro, que, em suas palavras, eram sua cara e a cara da direita, tais como: defesa da redução da maioridade penal, política de planejamento familiar, defesa dos valores da família e das crianças contra um tal *kit gay* do PT distribuído nas escolas, uma *fake news* inventada e divulgada por ele mesmo, revogação do Estatuto do Desarmamento, fim de demarcação de terras para indígenas e/ou para quilombolas, respeito e valorização das Forças Armadas, liberação de armas, dentre outras pautas nada democráticas (Dal Piva, 2022).

Todavia, as pautas antidemocráticas e o culto à ditadura militar pelo capitão inativo do Exército Brasileiro e candidato à presidência da república para as eleições de 2018 não eram novas, sempre lhe acompanharam, sobretudo a partir de seu ingresso ao Parlamento como deputado federal. A partir de sua assunção como membro eleito do Parlamento Federal, Bolsonaro passaria a interpretar erroneamente a seu favor artigos da Constituição Federal de 1988, de forma distorcida e sem limites, sobretudo nos quesitos liberdade de expressão (artigo 5º, parágrafo IV) e imunidade parlamentar (artigo 53), vindo até a apregoar que as Forças Armadas devem atuar, quando necessário, como

um quarto poder, um tipo de poder moderador (artigo 142), para além dos três poderes constitucionais previstos: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Destarte, foi com essa distorcida compreensão/incompreensão que Bolsonaro passou a atacar a democracia brasileira por quase quatro décadas sem nunca ter sido perturbado pelos pacatos e coniventes parceiros de Parlamento e seus fantasiosos Conselhos de Ética, que de éticos nada têm (Brasil, 1988).

Bolsonaro quis sempre deixar clara sua preferência ao regime ditatorial militar à democracia bem antes de sua candidatura à presidência da república. A vida política de Bolsonaro começou no ano de 1988, ao se eleger vereador pela cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC-RJ), tendo assumido o cargo em 1989 e permanecido nele somente por dois anos (1989-1990), haja vista que, em seguida, assumiria como deputado federal eleito para o seu primeiro mandato, em 1991, ficando no Parlamento até 2019, quando sairia para assumir como presidente da república.

Tão logo alcançou a Câmara como deputado federal, Bolsonaro não poupou esforços para defender a ditadura militar (1964-1985) em discursos inflamados no plenário da Câmara dos Deputados, contrastando com falas sempre agressivas contra os presidentes da república, a democracia, as reservas de terras indígenas e/ou quilombolas, os direitos humanos, a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e pansexuais e mais (LGBTQIAP+) e os adversários políticos, sobretudo da esquerda. Em 24 de junho de 1993, em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, Bolsonaro, à época do extinto PDC, afirmou: “[...] Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional dê mais um passo rumo ao abismo, que, no meu entender, está muito próximo [...]”.

Por conta dessa fala no plenário da Câmara do Legislativo Federal, Bolsonaro foi representado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que analisou e rejeitou pela representação contra o então deputado Bolsonaro. Sobre esse episódio, o parlamentar em alusão, no dia 3 de dezembro de 1993, reiterou seu discurso na Câmara dos Deputados:

[...] Ao pedir o fechamento do Congresso em 24 de junho próximo passado [sic], usando palavras fortes e figura extrema de retórica, por sentir junto ao povo o descrédito e o desagrado em relação ao mais transparente de todos os Poderes, o Legislativo, não estava errado; busquei, como parlamentar, alertar para a grave situação que o País atravessava e infelizmente continua atravessando [...].

Não tendo sofrido nenhuma sanção pelo episódio anterior, no dia 24 de fevereiro de 1994, o então deputado Bolsonaro, já em outro partido, o Partido Progressista Reformador do Rio de Janeiro (PPR-RJ), foi mais além em discurso proferido na Câmara dos Deputados:

[...] Espero que não seja necessária a entrada da Força nesta Casa [Câmara dos Deputados], mas, se por acaso se fizer necessária, eu, como cidadão brasileiro, vejo-me na situação de autoridade. Não serão apenas quinhentos soldados que expulsarão estes que estão aqui dentro [...].

Em mais uma defesa da ditadura militar (1964-1985), no dia 13 de abril de 1994, em mais um discurso no plenário da Câmara dos Deputados, ao se referir ao regime de exceção, Bolsonaro declarou: “[...] Não foi um regime perfeito, os homens não eram perfeitos, e eu até diria que naquele tempo também roubavam, sim, mas roubavam 10%, e hoje roubam do povo brasileiro 90% [...]”. Na sequência, Bolsonaro reitera sua defesa ferrenha em favor da caserna no último ano do primeiro mandato como deputado federal; do alto do plenário da Câmara, em 7 de junho de 1995, Bolsonaro assegurou: “[...] a única instituição capaz de garantir a autoridade de um presidente da república em momentos críticos são as Forças Armadas [...]”.

Eleito para o segundo mandato seguido como deputado federal, Bolsonaro continuou sua retórica defendendo a ditadura militar e seus (mal)feitos. Em 20 de março de 1996, ao discursar no plenário da Câmara dos Deputados, atacou o governo vigente, do presidente Fernando Henrique Cardoso, e acentuou: “[...] A tentativa de reabrir casos de terrorismo do passado, lançando a culpa nos militares, parece ser a ordem do dia dos irresponsáveis de sempre”.

Bolsonaro estava se referindo ao fato de o governo de Fernando Henrique Cardoso cogitar reabrir investigações sobre o caso do atentado do Riocentro, um ataque terrorista perpetrado por setores do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Rio de Janeiro na noite de 30 de abril de 1981, cujo objetivo seria incriminar grupos que se opunham à ditadura militar no Brasil e, desse modo, justificar a necessidade de se manter o aparelho repressor ditatorial militar e retardar a abertura política que estava em curso. Não parou por aí, Bolsonaro atacaria o presidente Fernando Henrique Cardoso, defendendo sempre a ditadura militar por mais vezes, chegando a afirmar, em 27 de julho de 1997, que o grande erro da ditadura foi apenas torturar, e não matar, vagabundos e canalhas como o presidente Fernando Henrique (Barreto Júnior, 2022).

Ao longo de sua trajetória em defesa da ditadura em detrimento da democracia, Bolsonaro também não poupou esforços para elogiar e defender não somente ditadores do Brasil. À guisa de exemplo, no dia 26 de novembro de 1998, em discurso no Plenário da Câmara dos Deputados, Bolsonaro asseverou: “[...] Quem garantiu a transição para a democracia no Chile foi Augusto Pinochet. Lamento essa decisão inconsequente da Câmara dos Lordes, da Inglaterra, de extraditá-lo para a Espanha [...]”.

Fechando a década de 1990, os discursos agressivos de Bolsonaro seguiram atacando os indígenas, o presidente da república à época e os direitos humanos, defendendo a tortura e a ditadura militar, atacando a democracia e chegando a afirmar que nada seria mudado neste país através do voto. Assim, no dia 23 de maio de 1999, em entrevista ao programa Câmera Aberta, na TV Bandeirantes, o então deputado federal Bolsonaro chegou a afirmar que, caso fosse eleito presidente da república, fecharia o Congresso e “[...] daria o golpe no mesmo dia”, vindo, por fim, a chamar o regime governamental no Brasil de “Maldita democracia!”. Acrescentou também que as coisas só mudariam no Brasil através de uma guerra civil e se fosse feita uma tarefa que o regime militar não fez: “Matando uns 30 mil, começando pelo FHC [Fernando Henrique Cardoso], não deixar para fora, não, matando! Se vai [sic] morrer alguns

inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente” (Barreto Júnior, 2022, p. 23-25).

Na década seguinte, a de 2000, não seria diferente, Bolsonaro continuou sendo eleito deputado federal, atacando a democracia, os direitos humanos, os indígenas, as mulheres e a comunidade LGBTQIAP+ e enaltecendo a ditadura militar. Entre muitas de suas falas nessa direção, podemos destacar a do dia 4 de abril de 2004:

[...] É uma vergonha assistir a parlamentares da esquerda falarem sobre o que chamam de ditadura militar. Se hoje fosse feita uma pesquisa com as pessoas que viveram aquela época, 90% dos entrevistados diriam que naquele tempo se vivia muito melhor do que atualmente (Barreto Júnior, 2022, p. 30).

Percebendo que nada lhe acontecia em matéria de punição, por mais fortes que fossem seus ataques à democracia e demais pautas de direitos sociais, Bolsonaro, em 31 de abril de 2004, subiu ao plenário da Câmara dos Deputados para inverter a realidade dos fatos ao dizer que a esquerda queria instalar uma ditadura totalitária e fez referência à data de 31 de março de 1964 não como a do golpe militar, mas como:

[...] uma data reverenciada pelos brasileiros de bem, pelos democratas. [...] Para reverenciar a memória dos militares que, em 1964, evitaram que fosse instalada no país ditadura totalitária de esquerda. Vou me ajoelhar, por alguns segundos... (Ajoelha-se o orador) (Barreto Júnior, 2022, p. 30).

No ano seguinte, no dia e mês do golpe militar, em 31 de março de 2005, Bolsonaro não só reverenciou a data, mas inverteu a ordem dos fatos e acrescentou o dispositivo mais repressor da ditadura, o Ato Institucional (AI) n. 5, como sendo culpa dos perseguidos, vítimas:

[...] Hoje é um dia muito especial para mim. Sou capitão do Exército Brasileiro e quero falar um pouco sobre o dia 31 de março de 1964 [...]. A edição do AI-5 foi consequência da ação dos comunistas, que se lançaram à luta armada sob o pretexto de combater a ‘ditadura’. Os militares sempre estiveram ávidos por entregar o controle do país aos civis, mas não puderam fazê-lo, ante o clima de guerra revolucionário desenvolvido pelas esquerdas. Os terroristas de ontem,

hoje no poder, posam de combatentes da liberdade, camuflando a verdade histórica, que sempre foi a de tentar implantar no Brasil a ditadura do proletariado [...] (Barreto Júnior, 2022, p. 30).

Em 1º de agosto de 2008, em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro, o então deputado Bolsonaro (Progressistas-RJ) declarou: “O erro da ditadura foi torturar, e não matar” (Carta Capital, 2018, n. p.). Esse posicionamento foi reiterado por Bolsonaro em entrevista no programa Pânico, da rádio Jovem Pan, em 8 julho de 2016, mas nada seria tão horrendo quanto a fala do então deputado Bolsonaro (Partido Social Cristão-RJ) por ocasião de seu voto pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. [...] pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é ‘sim’!

O então deputado Bolsonaro enaltece, em pleno parlamento brasileiro, o primeiro torturador da ditadura militar condenado no Brasil, o coronel do Exército Brasileiro Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi). O Doi-Codi funcionava como centro de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura militar, do II Exército, órgão atuante na repressão política da ditadura militar no Brasil que tinha torturado a própria presidenta Dilma. O pior disso é que Bolsonaro não sofreria nenhuma punição por tão hedionda fala em pleno Parlamento.

A escalada de ataques à democracia, ao Estado democrático de direito, aos direitos humanos, dentre muitos outros ataques, continuou como pauta principal nas perspectivas de Bolsonaro. Já em pré-campanha às eleições para a presidência da república, durante um evento na Paraíba em fevereiro de 2017, Bolsonaro gravou um vídeo diante de seus apoiadores e publicou no YouTube com o seguinte conteúdo: “Somos um país cristão. Não existe essa

historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (Carta Capital, 2018, n. p.).

JAIR BOLSONARO: A CAMPANHA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E OS ATAQUES ÀS POLÍTICAS SOCIAIS/EDUCACIONAIS

Na medida em que se aproximava o período do pleito eleitoral à presidência da república em 2018, ao invés de recuar com os discursos e declarações antidemocráticas, Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) evoluiu neles cada vez mais. Em 1º de setembro de 2018, por ocasião de um comício em Rio Branco, capital do Acre, Bolsonaro, ao discursar, pediu emprestado um tripé de uma câmera, usou-o como se fosse uma metralhadora, disparando em direção a um alvo hipotético, e bradou seu discurso de ódio: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre!” (Ezequiel; Valle, 2023, p. 7).

A fala do então candidato Bolsonaro era direcionada aos seus adversários, a quem ele deu um ultimato: “[...] ou aceitarão ficar sob a lei de todos nós ou vão para fora ou para a cadeia”. Ele concluiu chamando os adversários de “marginais vermelhos”. É possível interligar essa fala com a anterior, de 2017, quando ele falava que iria fazer um Brasil para as majorias, tendo as minorias que se curvar às majorias, pois essas minorias ou se adequariam ou simplesmente teriam de desaparecer. Há nessa fala uma reprodução nítida de discursos com teor neonazifascista (que levou ao holocausto) direcionado especificamente aos partidos de esquerda, sobretudo ao PT.

Em suas promessas de campanha, no âmbito da política, Bolsonaro, além de prometer acabar com a esquerda dos marginais vermelhos, caso chegasse a ser eleito presidente da república do Brasil, prometia também: 1) expulsar médicos cubanos; 2) buscar retaguarda jurídica de excludentes de ilicitudes para civis e policiais; 3) tipificar ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) como terrorismo; 4) reduzir a maioria penal para 16 ou 17 anos; 5) dar posse de arma de fogo para o cidadão de bem; 6) fazer uma reforma

política, em que acabaria com a corrupção na política, acabaria com a reeleição, iria diminuir o número de parlamentares e seus futuros ministros seriam escolhidos por critérios técnicos. Bolsonaro, em entrevista ao Jornal Nacional em 20 de outubro de 2018, assim se posicionou: “Vou acabar com o instituto da reeleição. No caso, começa comigo se eu for eleito. E diminuir um pouco em 15, 20% a quantidade de parlamentares”.

No âmbito das políticas sociais, Bolsonaro já dizia em discurso na Câmara dos Deputados nos idos de 2013 ser contra as cotas, bolsas, sobretudo do programa Bolsa Família, a quem ele chamava de Bolsa Carinhoso, e também contra pobres eleitores que não sabiam votar. Nesse mesmo discurso, proferido em 6 de novembro de 2013, Bolsonaro dizia que o pobre só tem uma utilidade no Brasil: “Votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então essa nefasta política de bolsas do governo, em especial o Brasil Carinhoso”.

O desmonte nas políticas educacionais com guinada ao autoritarismo antidemocrático ficou patente logo no primeiro ano da gestão governamental de Bolsonaro. Logo no terceiro mês de gestão bolsonarista, em 24 de março de 2019, por meio do Decreto n. 9.741, o Ministério da Educação (MEC) anunciou cortes de 30% no orçamento para custeio e investimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de 29,74% (R\$ 2,08 bilhões) no orçamento discricionário, de 26,9% no orçamento (R\$ 1,68 bilhões) de custeio e de 53,83% (R\$ 734,35 milhões) nos investimentos educacionais (Araújo; Macedo, 2022).

Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em 2021, o gasto com a educação pública atingiu o menor índice desde o ano de 2012, ou seja, entre os anos de 2019 e 2021, o investimento em educação reduziu oito bilhões em termos reais. Ainda segundo o Inesc (2021), a execução financeira do recurso para o ensino superior entre os anos 2019 e 2021 caiu cerca de seis bilhões de reais e continuou em queda constante durante os quatro anos de gestão bolsonarista, chegando em 2022 com queda de sete bilhões de reais (Inesc, 2025).

Primando por uma educação ideológica militarizada, disciplinar e de doutrinação do vigiar e punir para moldar corpos e mentes visando à obediência cega, sem questionamentos (Foucault, 1987), a gestão bolsonarista, em seu primeiro ano de mandato como presidente do Brasil, instituiu, por meio do Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).

O Pecim visava a implantar a Escola Cívico-Militar (Ecim) nas escolas públicas de ensino regular do Brasil. Esse tipo de ideologia educacional segue o modelo neonazifascista da Itália fascista de Mussolini e da Alemanha nazista de Hitler. Pelo visto, Bolsonaro também estava a atender à sua base ideológica, projeto anterior de seus apoiadores, o Escola sem Partido (Xavier; Maia Junior, 2024).

Em flagrante desrespeito à enorme comunidade escolar e a uma educação democrática deste imenso país, Bolsonaro bradava na mídia que a educação e o currículo escolar no Brasil atual, do ensino fundamental ao médio, não passavam de um lixo e que educação boa mesmo tinha havido na ditadura militar, “quando se aprendia o dever de casa, a respeitar a pátria, a cantar o Hino Nacional, quando havia matérias que realmente formavam e preparavam os jovens para o futuro”.

Bolsonaro voltou-se contra a educação infantil e sancionou, em 30 de setembro de 2020, o Decreto n. 10.502, que instituía a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Após várias denúncias feitas por entidades, organizações da sociedade civil e comunidade escolar, esse decreto foi tornado inconstitucional pelo Superior Tribunal de Justiça, consoante Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 6.590, pois foi constatado que tal decreto tinha conteúdo de “[...] segregação e exclusão contra crianças com deficiências nas escolas, bem como desrespeitar as leis, normas e diretrizes da educação inclusiva nacional e internacionalmente” (Xavier; Maia Junior, 2024, p. 10).

No contexto da educação superior, o governo Bolsonaro não poupou as universidades federais e as considerou como inimigas de seu governo. Ignorando

a autonomia universitária e qualquer princípio democrático, 22 reitores(as), entre 69 universidades federais no Brasil, foram nomeados(as) pelo então mandatário, mesmo não sendo esses(as) reitores(as) escolhidos(as) pela maioria da comunidade universitária. O requisito para essas nomeações reitorais era o “[...] negacionismo bolsonarista, que, por orientação do MEC, decidiram retomar suas atividades acadêmicas presenciais ainda em período da pandemia da Covid-19, sem tomar as devidas medidas preventivas sanitárias” (Xavier; Maia Junior, 2024, p. 11).

Ainda de acordo com Xavier e Maia Junior (2024), no período do governo Bolsonaro houve a troca de cinco ministros da Educação, corrupção de pastores no MEC, quando transformaram esse órgão de administração educacional nacional em um corrupto balcão de negócios, além de cortes de recursos, evasão escolar e queda acentuada no número de matrículas.

Os ataques autoritários e antidemocráticos da gestão do governo Bolsonaro (2019-2022) causaram um verdadeiro desmonte à cultura do país, a saber: 1) extinção do Ministério da Cultura; 2) desmonte da Agência Nacional do Cinema (Ancine); 3) aclamação nazista sobre a cultura ideal; 4) alusão à ditadura militar; 5) nomeações de pessoas sem a devida qualificação; 6) cortes em recursos, dentre outras medidas austeras contra a cultura nacional. Nesse período obscuro da vida cultural nacional, o país “[...] registrou 211 casos de censura, desmonte institucional do setor cultural e autoritarismo contra a cultura nos três primeiros anos de governo Bolsonaro” (Xavier; Maia Junior, 2024, p. 11).

Na gestão do governo de Bolsonaro (2019-2022), o Brasil investiu menos em educação desde a educação de crianças (infantil) à educação universitária. Na educação básica, houve redução de 13%, principalmente em investimentos (Inesc, 2025).

Apesar de todas essas pautas neofascistas/neonazistas, antidemocráticas e de destruição das políticas sociais em seus discursos e na proposta de Plano de Governo (2018-2022) de Bolsonaro, a maioria dos eleitores brasileiros decidiu eleger esse candidato que nunca teve respeito pela democracia, ao contrário,

sempre a atacou e menosprezou de forma banal, brutal e violenta, não sendo diferente também com a educação. Aliás, se um governante é antidemocrático, a tendência é que seja também contra a educação, o que foi o caso da gestão bolsonarista, que não poupou ataques frontais à educação das creches às universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com o objetivo principal de historicizar as práticas antidemocráticas a partir da última gestão do governo federal do Brasil, que teve como *slogan* “Pátria amada, Brasil” e como lema “Deus, pátria e família (2019-2022)”. Ao longo desta escrita, restou demonstrado que essa gestão do governo federal do Brasil atuou prioritariamente de forma autoritária e antidemocrática não somente nos discursos do ex-presidente, que já eram prometidos há décadas, mas também em ações concretas, como foi o caso da política de acesso amplo às armas, os ataques às instituições democráticas, sobretudo ao Supremo Tribunal Federal, as bravatas autoritárias e antidemocráticas ditas pelo ex-presidente, dentre elas: “Eu sou a Constituição”, parodiando a expressão atribuída a Luís XIV, rei da França e Navarra em 13 de abril de 1655, quando pronunciou: “Eu sou o Estado”.

No que apuramos, ficou demonstrado que a democracia brasileira esteve sob os mais fortes ataques como nunca antes vistos desde a redemocratização de 1985. A empreitada da gestão governamental no período de 2019 a 2022, do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro, em retornar o Brasil a um regime autoritário, ficou patente, resultando, no dia 8 de janeiro de 2023, na destruição da sede dos prédios dos três poderes da república, o do Poder Executivo, o Palácio do Planalto, onde exerce o cargo de presidente da república, o prédio do Parlamento, onde deputados e senadores exercem suas atividades legislativas, e o prédio do Supremo Tribunal Federal, onde os ministros exercem suas atividades judiciais. Além disso, ficou clarividente que

o agora ex-presidente já tinha esse projeto ditatorial bem antes mesmo de chegar à presidência da república.

Reforçamos que a educação política para a democracia seja incluída como matéria indispensável no currículo formal desde os anos finais do ensino fundamental até o ensino superior. Propomos também que a educação política esteja presente nos currículos das forças de defesa e de segurança pública (Forças Armadas e polícias), além de que essa educação política possa acontecer de maneira não formal nos sindicatos, associações e demais organizações da sociedade civil, visando a vivermos uma cultura democrática em todos os espaços do país.

A educação política é imprescindível à vida da nação para que os(as) brasileiros(as) compreendam a importância de vivermos em um Estado democrático de direito, as razões de este Estado existir, bem como a importância de nossas liberdades e garantias individuais e coletivas previstas em nossa Constituição Federal de 1988.

Desse modo, podemos aprender a valorizar e a defender os princípios e diretrizes democráticos materialmente, de modo que, assim, a democracia brasileira possa alcançar a tão almejada consolidação democrática de forma sustentável e sustentada.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ARAÚJO, M. A. D.; MACEDO, M. N. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. Relatório técnico. In: EBAP, 9., 2022, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Ebap, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BARRETO JÚNIOR, W. *Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases*. São Paulo: Geração, 2022.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto, 1994.

BRASIL acima de tudo, Deus acima de todos! O caminho da prosperidade. *Proposta de Plano de Governo*, Bolsonaro, 2018.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Decreto n. 10.004, de 5 de setembro 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. *Diário Oficial da União: Brasília*. 2020. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º out. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Congresso Nacional*. Brasília, DF: 1993, 1994, 1995, 1998, 2013, 2016.

CAPEZ, F. 8 de janeiro de 2023: um triste dia para a democracia. *Revista Consultor Jurídico*, [S. l.], 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-12/janeiro-2023-triste-dia-democracia>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CARTA CAPITAL. *Bolsonaro em 25 frases polêmicas*. São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/. Acesso em: 10 jan. 2025.

CARVALHO, L. M. *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CODATO, A. O golpe de 1964 e o regime de 1968. *Revista História, Questões & Debates*, Curitiba, v. 40, p. 11-36, 2004. DOI: 10.5380/his.v40i0.2735. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2735>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COSTA, C. T. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa, 2003.

COUTO, R. C. *Memória viva do regime militar (Brasil, 1964-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DAL PIVA, J. *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

DÓRIA, P. *Fascismo à brasileira: como o Integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Planeta, 2020.

EZEQUIEL, V. C.; VALLE, M. R. Do discurso do ódio à violência consumada: “fuzilar a petralhada!”. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 49, e023003, 2023. DOI: 10.22484/2177-5788.2023v49id5169. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/5169>. Acesso em: 15 set. 2025.

FERNANDES, A. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, v. 2/4, p. 831-856, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 13 set. 2023.

FICO, C. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, C. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

INESC. *A conta do desmonte*. “Balanço do Orçamento 2019-2021 revela desmonte generalizado de políticas sociais”. Brasília, DF, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

INFORMAÇÃO n. 394 S/102-A8-CIE, 27 de julho de 1990. *Arquivo Nacional*. Estado Maior das Forças Armadas. Disponível em: <https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/78-secoes-anteriores/67-surpresa/432-bolsonaro-um-capitao-indisciplinado>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PATSCHIKI, L. Fascismo e internet, uma possibilidade de análise social através das redes extrapartidárias: o caso do “Mídia sem Máscara”. In: SIMPÓSIO

INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. *Anais* [...]. Londrina: UEL, 2013.

VEJA. *O salário está baixo*. São Paulo, 3 set. 1986.

VIANA, N. O presentinho do general Villas Bôas para Bolsonaro: o diploma do Exército. *Agência Pública*, Brasília DF, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/02/o-presentinho-do-general-villas-boas-para-bolsonaro-o-diploma-do-exercito/>. Acesso em: 13 set. 2025.

XAVIER, A. R. *et al.* Pesquisa em Educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *Educa: Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4627>. Acesso em: 3 mar. 2023.

XAVIER, A. R.; MAIA JUNIOR, E. A. Educação política para a democracia e combate ao neonazifascismo: uma proposta curricular. *Revista Cocar*, Belém, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8318>. Acesso em: 6 nov. 2025.

Recebido em: 03/12/2025
Aprovado em: 05/12/2025
Publicado em: 26/02/2026